

AÇÕES AFIRMATIVAS: UM ESTUDO NO CAMPUS CENTRAL DO IFRN

Genival Jardel Trajano Teixeira

Richeliel Albert Rodrigues Silva

RESUMO

O presente estudo é resultado de um levantamento sobre a política de cotas sociais e raciais entre os discentes do Campus Central do IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte), no município de Natal, RN. No estudo foram entrevistados 66 alunos, com auxílio do *Google Forms*, no período entre novembro/2016 e janeiro/2017. Abordaram-se os pontos de vista dos discentes pertencentes e não pertencente deste sistema, que trata a Lei nº 12.711/2012. A maior faixa etária de idade predominou entre 15 e 20 anos (51,5%). Dos entrevistados, 56,41% não eram cotistas, enquanto 43,9% fazem parte do sistema, 81,8% são favoráveis às cotas, no entanto, 18,2% são totalmente contra. 40,9% afirmaram que talvez as cotas sejam a porta para o preconceito. Além disso, 71,2% dos entrevistados consideram que as cotas contribuem para a formação dos alunos beneficiados. 54,6% consideram que as cotas sociais destinadas aos alunos da rede pública é a mais importante. Adicionalmente, 59,1% acreditam que os alunos da rede federal de ensino são mais preparados para ingressar no ensino superior que os oriundos das redes municipal e estadual. O levantamento sobre as cotas sociais foi de suma importância, pois diagnosticou as opiniões dos discentes beneficiados ou não em relação à Lei nº 12.711/2012.

Palavras-chave: Acesso, Ensino Superior, Ensino Técnico, Democratização.

ABSTRACT

The present study is the result of a survey about the policy of quotas social and racial among the students of the Central Campus of the IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte), in the municipality of Natal, RN. In the study were interviewed 66 students, with the aid of *Google Forms*, in the period between November/2016 and January/2017. Addressed to the points of view of the students belonging and not belonging to this system that treats the law nº 12,711/2012. The largest group of age between 15 and 20 years predominated (51.5%). Of those surveyed, 56.41% were not quotas, while 43.9% are part of the system, 81.8% is in favor of quotas, 18.2% is totally against. 40.9% say maybe the quotas are the door to prejudice. In addition, 71.2% of respondents consider that quotas contribute to the formation of the students benefited. 54.6% consider the social quotas aimed at students from public education more important. In addition, 59.1%, believe that the students of the federal network of education are more prepared to join in higher education that students that coming of networks state and municipal. The survey on social and racial dimensions was of paramount importance, since was diagnosed the opinions of students benefited or not in relation to law nº 12,711/2012.

Keywords: access, higher education, technical education, democratization.

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas deram início em 1961, nos Estados Unidos, com a intenção de combater a desigualdade no mercado norte-americano, para isso, John Kennedy engendrou um comitê para pesquisar a desigualdade no mercado de trabalho (OLIVEN, 2007). Nos EUA, sexo, raça, cor e origem nacional não eram assuntos de grande relevância por parte do Estado, assim, as políticas públicas eram formuladas de forma neutra, porém, logo em seguida, houve uma transformação por parte do Estado (GOMES, 2001).

No Brasil, na década de 60, a lei 5.465/1968 previa que metade das vagas oferecidas em escolas de ensino médio agrícola e de ensino superior de Agricultura e Veterinária fossem destinadas para agricultores ou filhos dos mesmos, assim como os que não eram pertencentes de terra, que viviam na zona rural. A lei perdeu a sua vigência (CARDOSO e COSTA, 2016). Em 1999, o Senado Nacional aprovou o projeto nº298/99. Este projeto foi implantado como norma afirmativa, seu foco era inclusão dos alunos da rede pública de ensino, assim, foram destinadas 50% das vagas (BRANDÃO, 2005).

Entretanto, Oliven (2007), relata que a criação das políticas públicas voltadas à igualdade social obtiveram uma maior resistência em 2001, na cidade sul-africana de Durban, quando o Brasil participou da III conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Desde 1930 a população negra salientava a necessidade das AAs para garantir seus direitos à educação. A Frente Negra Brasileira por sua vez estabeleceu escolas destinadas às crianças negras em algumas zonas do território brasileiro (CORBUCCI et al., 2009).

Ao observar a escassez de alunos negros e indígenas na década de 90, em 2003 a Universidade de Brasília - UnB adotou as políticas de inclusão (sistema de cotas) com o propósito de expandir as oportunidades de acesso ao ensino superior para os negros e indígenas, além da adaptação dos seus alunos com a mescla de raças inseridas no Brasil (BAPTISTA G.; BAPTISTA R. G., 2016). De acordo com Santos (2012), a UnB - Universidade de Brasília foi a primeira instituição de ensino federal de nível superior a aderir ao sistema de cotas raciais.

As primeiras universidades públicas estaduais que deram início ao uso das reservas de vagas foram a Universidade Estadual da Bahia, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul (SILVA, 2007). De acordo com Pinheiro (2016), a Universidade Estadual da Bahia – UNEB foi a

primeira universidade brasileira do nordeste que introduziu o sistema de cotas, sendo a segunda em todo o país. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, foi a primeira universidade estadual a inserir o sistema de cotas da categoria social (2000) e racial (2001). As ações afirmativas deram início a partir das seguintes leis estaduais: lei nº 3.524/2000 e em seguida da lei nº 3.708/2001 (VALENTIM, 2006).

Ristoff (2014) aponta que os Institutos Federais de Ensino - IFs, ultrapassam as universidades antigas quando se fala da lei 12.711/2012, assim como as novas Instituições de Ensino Superior - IES. Conforme as informações extraídas do *site* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, a instituição foi uma das primeiras de ensino federal a aderir ao sistema de cotas para seus cursos de nível médio, compondo a reserva de 50% de suas vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino. Desde 1994 a instituição participa como forma de ação afirmativa, preocupando-se com a inclusão social. Hoje a Lei é obrigatória para todas as instituições de ensino (IFRN, 2012).

A Lei nº 12.711/2012 garante que 50% das vagas sejam reservadas aos alunos oriundos de escolas públicas em 59 Universidades Federais, assim como, em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Figura 1). Assim, as Instituições de Ensino, começaram a desenvolver a igualdade entre os alunos de etnias, classe social e de origem pública. Para Munanga (2001), as cotas não tornam algo desigual quando os beneficiados fazem a mesma prova que os demais. Além disso, todos os candidatos são avaliados como todos os outros, deste modo, não irão ingressar alunos desqualificados nas IES (Instituições de Ensino Superior), apenas por ser cotista, o ingresso é por mérito.

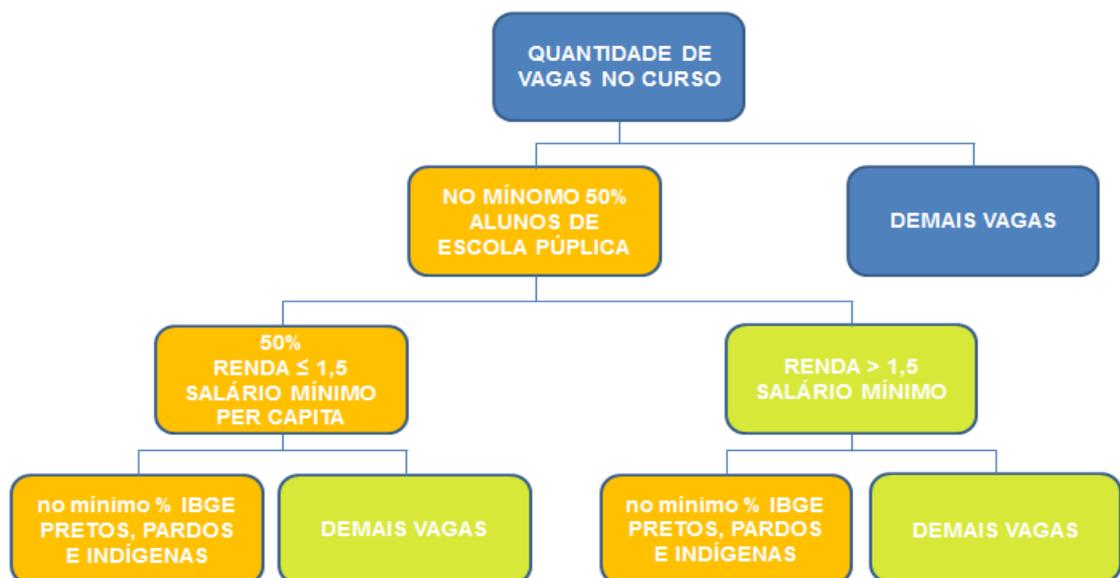


Figura 1: Distribuição das vagas para o ingresso de discentes, de acordo com a Lei nº 12.711/2012.

Diante disso, objetivou-se realizar um levantamento sobre o posicionamento dos alunos do IFRN, em relação às cotas sociais nas Instituições Públicas de Ensino Superior.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através do *Google Forms*, ferramenta utilizada para a elaboração de pesquisas e formulários de forma *online*. Os dados foram coletados entre os meses de novembro/2016 e janeiro/2017, contemplando os alunos do Campus Central do IFRN, no município de Natal, RN. Foi obtida uma amostra de 66 pessoas de diferentes níveis de faixa etária. Foram abordados os pontos de vista dos alunos pertencentes e não pertencente deste sistema que trata a Lei nº 12.711/2012.

O levantamento consistiu em um aspecto quantitativo, sendo de forma exploratória e descritiva, por meio de questionários semiestruturados, com perguntas elaboradas em relação ao sistema de cotas nas instituições de ensino público federal, portando uma amostra aleatória. Para a realização das entrevistas, ocorreram divulgações nas redes sociais, como também diretamente a alguns alunos do IFRN. As perguntas visaram captar posicionamentos sobre as normas afirmativas inseridas no Campus, através das cotas sociais; a relevância da divisão de vagas; preconceito; desigualdade; e contribuição do sistema de cotas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à idade dos entrevistados, a maior faixa etária de idade predominou entre 15 e 20 anos (51,5%), seguida da faixa entre 20 e 30 anos (43,9%) (Figura 2).

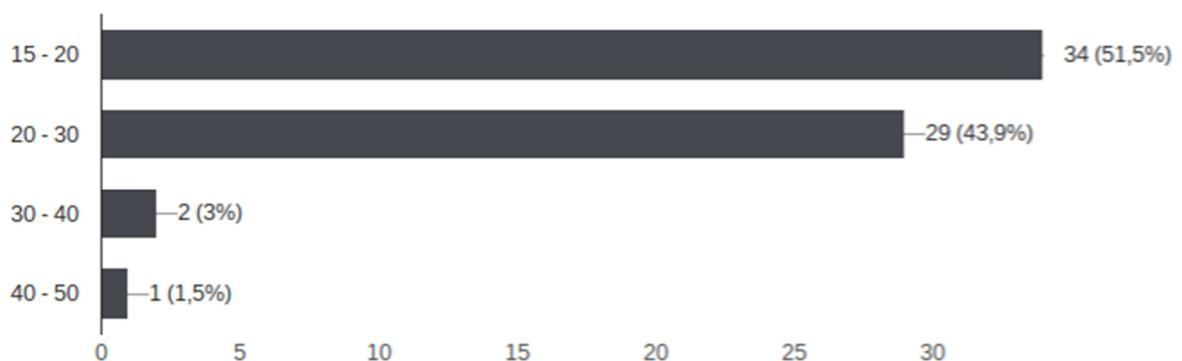


Figura 2: Distribuição de frequências das idades dos entrevistados.

Dos entrevistados, 56,1% não eram cotistas, enquanto 43,9% fazem parte do sistema, 81,8% é a favor das cotas, 18,2% é totalmente contra. Com relação ao preconceito nas instituições de ensino, 40,9% afirmam que talvez as cotas sejam uma porta para o preconceito, 37,9% afirmam que não e 21,2% acreditam que sim. Essa concepção ainda preconceituosa, em relação aos beneficiários das cotas sociais, foi pontuado por Souza et al. (2013), onde afirmaram que apesar de ser uma modalidade ainda recente no ensino superior brasileiro, provoca em muitos contextos rejeição e preconceitos aos alunos oriundos deste sistema, tanto por parte dos colegas como também pelos professores.

Adicionalmente, alguns estudos confirmam que o desempenho dos cotistas é satisfatório, muitas vezes até superior aos que ingressaram pela via regular (VELLOSO, 2009; SANTOS et al., 2008). Entretanto, ainda observa-se uma desconfiança relativa ao mérito destes alunos, além da sua capacidade de aprendizagem e desempenho, gerando um ambiente acadêmico pouco amistoso e para uma menor oferta destes alunos à procura de apoio e interação social (SOUZA et al., 2013).

A tabela abaixo (Tabela 1) torna explícita a concepção dos entrevistados, que expuseram suas opiniões sobre o tema questionado. Mesmo havendo uma grande quantidade de aceitação, existem pessoas que consideram as cotas como uma forma injusta, onde todos têm direitos iguais de renda, etnia e escolaridade, não influenciando no acesso ao ensino técnico/médio ou superior.

Tabela 1: Principais justificativas dos entrevistados, pró e contra as cotas sociais.

Posição do Entrevistado	Justificativas
Pró	“Elas são uma boa forma de promover a integração das diversas camadas sociais.”
Contra	“Acho que todos temos capacidades e inteligência suficiente para concorrer por igual. Não será a classe social, etnia ou qualquer outra coisa que definirá o potencial do ser humano. Cabe o papel de cada um se esforçar e se adequar a qualquer situação exposta.”
Pró	“O sistema de cotas é uma ferramenta que se faz necessária em uma sociedade tão desigual como a nossa.”
Pró	“Democratiza o acesso aos estudantes, levando em consideração a desigualdade social presente no país.”

Ao observarem a charge a seguir (Figura 3), a grande maioria dos questionados

encarou como uma forma preconceituosa, intolerante, pejorativo, ofensivo, racista e de discriminação. Diante disso, devemos sempre perceber a grandiosidade da política das cotas, conquistada por meio de uma luta de décadas, através dos movimentos sociais, tornando-se fundamental para que o ingresso por intermédio das cotas não seja uma simples escolha no momento da inscrição no vestibular.

Em relação a esse questionamento anterior, destacam-se o posicionamento crítico de dois entrevistados: “Uma forma de muito pejorativa de discutir o assunto. Como se o cotista por todo o seu histórico, não tivesse a capacidade de estar na universidade. A imagem denigre o aluno cotista.” “Vejo como a desqualificação sofrida como um reflexo do ensino de base deteriorado, com os alunos entrado em faculdades sem saber o básico de matemática ou de português, conseqüentemente, baixando o nível de educação nas faculdades, com profissionais, digamos, desqualificados (entre aspas), pois acredito que eles poderiam ser melhores caso houvesse ensino de base para facilitar o aprendizado.”



Figura 3: Sistema de cotas nas universidades públicas.
Fonte: <http://www.carlosnewton.com.br>. Acesso em: set. de 2016.

Em relação à contribuição das cotas ao público destinado, 71,2% dos entrevistados afirmaram que as cotas contribuem para a formação dos alunos beneficiados (Figura 4). Em um levantamento realizado na UnB (Universidade de Brasília), em 10 anos, as políticas de cotas no ambiente acadêmico demonstraram terem efeito multiplicador, permitindo alterar a visão de formadores de opinião, pois a educação é o meio mais efetivo de igualdade (BAPTISTA; BAPTISTA, 2015).

No que se refere às cotas sociais mais relevantes para alcançar o ensino superior,

observou-se que 54,6% dos interrogados consideram que as cotas destinadas aos alunos da rede pública de ensino é a mais importante (Figura 5). Tais concepções têm relação com vários fatores, como infraestrutura, material de apoio didático, segurança nas escolas, motivação discente e docente (práticas pedagógicas adequadas), remuneração e atualização de profissionais da área (VASCONCELOS, 2004). Assim, os “empecilhos” que aparecem durante a vida estudantil pode reduzir a competitividade dos alunos da rede pública municipal e estadual em relação aos de Institutos Federais.

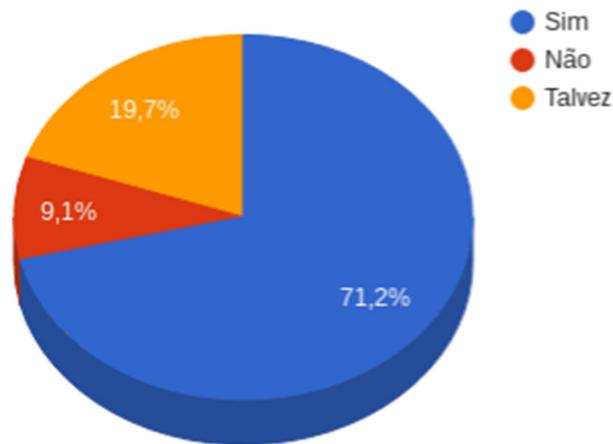


Figura 4: Contribuição do sistema de cotas para a formação do público destinado.

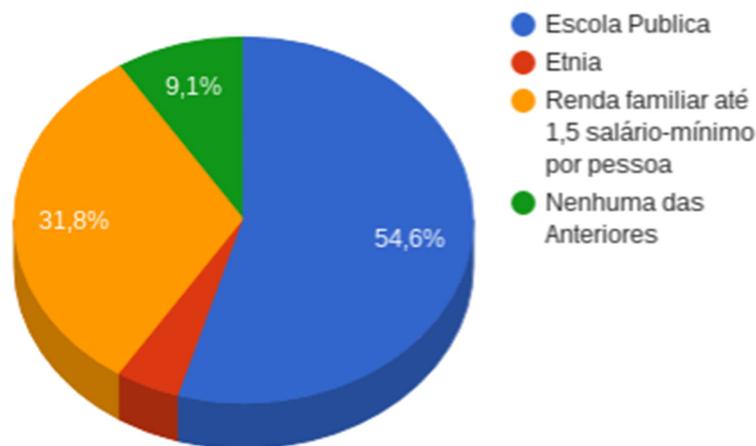


Figura 5: Cotas sociais de maior relevância.

No comparativo entre a capacidade dos alunos oriundos das escolas públicas (estaduais e municipais) e federal em ingressar no ensino superior, a maioria dos entrevistados (59,1%), consideram que os alunos da rede federal de ensino são mais preparados para ingressar no ensino superior (Figura 6). Assim, observa-se que os professores dos Institutos Federais, detêm os melhores recursos didáticos, em relação à maioria dos profissionais das escolas municipais e estaduais, influenciando diretamente na qualidade do ensino ofertado aos

alunos desses Institutos, propiciando maior sucesso no acesso ao ensino superior (BARBOSA, 2011).

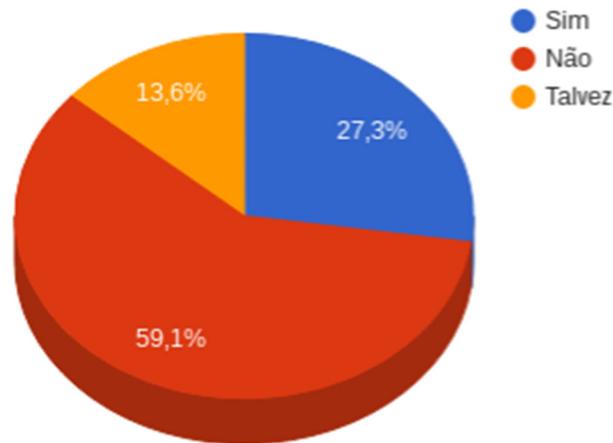


Figura 6: Capacidade dos alunos de escolas públicas estaduais e municipais comparadas aos do ensino federal de ingressar no ensino superior.

Ao falar em escolas públicas (dependências administrativa), é notório a dissemelhança entre escolas federais, estaduais e municipais. Segundo Akkari (2001), as redes federais de ensino possuem um maior movimento de estudantes de classes altas e médias, enquanto as escolas estaduais, educandos de esferas médias e desfavorecidas, e por último, as municipais que possuem a maior quantidade de alunos procedentes das classes desfavorecidas.

Em seguida, pode-se observar o posicionamento de dois entrevistados, ambos justificam suas perspectivas diante das instituições de dependência administrativa (Tabela 2). A maioria dos entrevistados (59,1%) alegou que os alunos oriundos de escolas de administração estadual e municipal não têm o mesmo potencial que os alunos provenientes da rede federal.

Tabela 2: Principais justificativas dos alunos diante a acessibilidade dos alunos rede estadual e municipal ingressarem no ensino superior, assim como, a comparação de ambos os ensino com a rede federal de ensino.

Posição do Entrevistado	Justificativas
Pró	“Sabemos da falta de investimento na educação pública, por parte dos estados e municípios. São poucos os alunos que se destacam como bons alunos. Estes alunos não têm preparação necessária para ingressar no ensino superior e concorrer de igual para igual com alunos de escolas particulares que suas famílias fizeram da educação uma exclusividade em toda sua vida escolar.”

Pró

“Acredito que se tem força de vontade de querer aprender e que almeja alcançar um objetivo, independente da classe social, e etnia, religião ou qualquer outra coisa. Tudo se torna possível. Sabemos que ainda não temos uma boa educação pública, que na verdade é algo obrigatório para o cidadão, mas sabemos que sempre há alunos 100% esforçados e dedicados que querem algo na vida.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações prestadas nesse trabalho, pode-se afirmar que as ações afirmativas têm um enorme significado quando inseridas em um instituto (público ou privado), isso pelo fato de tratar de uma lei que introduz a inclusão de jovens e adultos no ensino superior e técnico.

Como se pode observar, as questões das cotas raciais estão ligadas aos fatores históricos, pois desde muitos anos (década de 30) os negros lutavam pela sua inclusão no sistema educacional brasileiro. Outro ponto bastante observado foi a questão das cotas raciais, onde a minoria dos entrevistados foram a favor dessa política de inclusão. As cotas raciais deram seu início na Universidade de Brasília, como afirma Santos (2012), que registrou que a mesma foi pioneira entre as Universidades Federais a introduzir reservas de vagas para negros e índios, isso devido à percepção dos membros da universidade.

Enquanto isso, as cotas sociais estão ligadas principalmente às questões econômicas, como também alunos originários das instituições públicas (estaduais e municipais), como abordado no presente estudo. Já Cardoso e Costa (2016), trazem que cotas sociais foram encontradas na década de 60 pelos donos de terras e moradores da zona rural.

Os dados aqui apresentados exibiram o a opinião dos discentes, como também, a posição de vários autores sobre o tema trabalhado. Muitos favorecem a ideia de que as cotas devem existir para inserir melhor os menos favorecidos, por outro lado, existem aqueles (21,2% dos entrevistados) que as cotas em si, são portas para o preconceito.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 163-189, 2001.

BARBOSA, A. L. Condições de ensino vs. discursos discentes em Institutos Federais do Nordeste do Brasil. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN**, v. 16, n. 1, 2011.

BAPTISTA, G. H. A. V.; BAPTISTA, R. G. V. Sistema de cotas. **SynThesis Revista Digital FAPAM**, v. 6, n. 6, p. 142-149, 2015.

BRANDÃO, C. F. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Editora Autores Associados, 2005. 128 p.

CARDOSO, F. M. M.; COSTA, C. S. L. Ações afirmativas: uma investigação de preponderância e adequação das cotas raciais e cotas sociais. In: Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016. **Anais...** 2016.

CORBUCCI, Paulo Roberto et al. **Situação educacional dos jovens brasileiros**. CASTRO, JA, AQUINO, LMC, ANDRADE, CC (Orgs.), p. 91-108, 2009.

IFRN. **A Lei de Cotas no IFRN**. 2012. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/entenda-a-lei-de-cotas-e-como-ficarao-os-processos-seletivos-do-ifrn-1>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. **Cadernos do CEJ**, v. 24, p. 86-123, 2001.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, v. 30, n. 61, p. 29-51, 2007.

PINHEIRO, L. S. L. O Dispositivo de Enunciação da Primeira Universidade com Sistema de Cotas do Nordeste: Análise Semiodiscursiva da Comunicação Organizacional da UNEB. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016. **Anais...** 2016.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 3, 2014.

SANTOS, A. P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 289-317, 2012.

SANTOS, S. A. S.; CAVALLEIRO, E.; BARBOSA, M. I. S. et al. Ações Afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n.3, p. 913-929, 2008.

SILVA, P. B. **Normas sociais e preconceito: o impacto da meritocracia e da igualdade no**

preconceito contra os cotistas em duas universidades públicas. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2007.

SOUZA, E.; BARDAGI, M. P.; NUNES, C. H. S. S. Ações afirmativas nas universidades federais brasileiras: um estudo inicial. **Avaliação Psicológica**, v. 12, n. 2, 2013.

VALENTIM, D. F. D. A experiência das ações afirmativas na UERJ: problematizando a questão do mérito. In: XIII ENDIPE, 2006. **Anais...** 2006.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto políticopedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 7ª ed. São Paulo: Editora Libertad, 2004. 39 p.

VELLOSO, J. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 621-644, 2009.